

# ANALISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA EM ESCOLAS DA CIDADE DE RIO CLARO, SP<sup>1</sup>

Jonas Leandro BIOTTO<sup>2</sup>  
Dr. Ivan Carlos ZAMPIN<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa propõe o esclarecimento sobre o termo acessibilidade, o seu englobamento e a sua origem. Instigando que alguma atitude seja tomada, por meio da exposição de situações decorrentes em escolas, o berço de uma sociedade. O mesmo demonstra que, apesar de ser um termo muito frequente, a acessibilidade ainda é pensada muito no papel, que esta cada vez mais deve ser posta em prática, para que assim, os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Desta forma, superando as barreiras físicas, para que somente assim seja garantida uma real inclusão entre os concidadãos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Escolas. Direito. Inclusão.

## INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo, onde, segundo dados da ONU, cerca de 650 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, seja ela física, mental ou sensorial, algo que representa cerca de 10% da população mundial. Em países em desenvolvimento essa porcentagem é superior, como é no caso do Brasil que chega a atingir 24% da população, segundo o censo do IBGE de 2010 esse dado representa cerca de 45,6 milhões de pessoas, ou 1/4 da população brasileira. Um aumento de 10% se comparado ao censo de 2000. Contudo, não se pode afirmar que este aumento tenha sido massivo, uma vez que muitos deixaram de ocultar sua deficiência, por verem que seus direitos estão sendo assegurados.

Em detrimento destes dados, cabe a nós saber que, segundo a lei nº 10.098 de 19 de Dezembro 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/04 de dezembro de 2004, a pessoa considerada portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é a que temporária ou permanentemente tem, limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-los.

Sabendo que, perante a Constituição Federal de 1988, todos somos iguais, também esta assegurado ao portador de necessidades especiais, o direito de ir e vir, o direito de ser independente, e não será uma construção mal projetada, ou um projeto egoísta que não

---

<sup>1</sup> Este trabalho é produto de uma apresentação realizada no VI Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson” – UNAR, em 17 de setembro de 2013 e que foi publicado de forma reduzida nos Anais do evento.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo

<sup>3</sup> Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo

pensa nos mais necessitados, que irá interromper esta liberdade, pois, trata-se de um direito que deve ser cumprido e que se não for cumprido, deve-se ser batalhado para que seja.

Um direito destas pessoas, ou um dever dos proprietários e das construtoras, é o de acessibilidade, que segundo a ABNT:

É a possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Devendo ser seguido fielmente para que este mundo seja mais igualitário.

## **OBJETIVOS**

Esclarecer a questão acessibilidade para a população em geral (alunos), dentre elas os responsáveis pelas escolas. Analisar a realidade das escolas, no caso específico, 3 escolas - uma pública, uma privada e uma profissionalizante - da cidade de Rio Claro, SP; para averiguar se este direito está sendo respeitado, no caso de não estar, verificar a posição tomada pelos responsáveis, por meio de conversas alertá-los e orientá-los, sobre o melhor caminho a ser seguido.

## **METODOLOGIA**

Trabalho de campo, entrevistas, estudo de caso e estudo bibliográfico.

A luta pela acessibilidade tem sua origem nos EUA, cronologicamente:

1940 - surgimento de profissionais da área de reabilitação

1950 - esses profissionais começaram a denunciar as barreiras físicas existentes

1960 - universidades americanas iniciaram o rompimento de suas barreiras arquitetônicas

1970 - surge na Califórnia (EUA), o primeiro centro de vida independente do mundo

1975 - Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

1980 - marcado por campanhas para eliminar as barreiras existentes e as projetadas

1990 - surge o conceito de desenho universal

Séc. XXI - a luta continua, para que todos saibam que acessibilidade é um direito assegurado por lei, e que ela não se refere apenas aos deficientes

Como diria Maior, responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), da Secretaria Especial de Direitos Humanos:

No imaginário de muitos, a ideia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas. Mas acessibilidade não é só botar rampa e baixar meio-fio; é promover uma maior igualdade de oportunidades.

## Tabela com relação dos graus em rampas

Tabela 5 — Dimensionamento de rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa $i$ %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa $h$ m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

Fonte: ABNT NBR 9050:2004.

### ANÁLISE DAS SITUAÇÕES ENCONTRADAS NAS ESCOLAS

Nas escolas analisadas, foram encontradas algumas situações semelhantes entre si e outras divergentes, desde o espaço físico como a própria maneira de se pensar nos alunos.

Na escola pública, construída na década de 1970, foram encontradas dificuldades já em sua entrada, uma vez que não possui o meio-fio rebaixado e em sua entrada principal, um deficiente, seja ele aluno ou não, ira se deparar com uma escadaria, sem ter a opção de utilizar uma rampa, pois esta é inexistente. Segundo responsável, os alunos acessam a escola apenas pelo portão dos fundos, o que de certa forma, resolveria a dificuldade dos alunos portadores de necessidades especiais, pois, apresenta o meio-fio rebaixado e este acesso os direciona por um piso plano, contudo, dentro da escola se defrontarão com a impossibilidade de acessar o pátio descoberto, devido a diferença de nível, cerca de 8cm; No entanto, a maior dificuldade se dá no fato do prédio ser construído em 2 pavimentos, sem a apresentação de rampas e/ou elevadores, o que impossibilita o acesso de cadeirantes à salas de aula dispostas neste pavimento, mesmo nas poucas salas de aula dispostas no pavimento térreo, estes alunos, encontrarão uma pequena barreira física de cerca de 3cm, podendo ser superadas com um pouco de dificuldade, contudo, o que não impedira o seu acesso a estas salas. Para alcançar a quadra de esporte, há uma branda rampa, que pela sua suavidade aparente estar nos limites permitidos pela ABNT NBR 9050:2004.

Não apresento certeza sobre esta inclinação, pois não obtive autorização para medir e nem para fotografar a escola, sendo este o motivo de não citar o seu nome.

A escola particular analisada foi o Colégio Koelle, uma escola fundada no final do séc. XIX; ocupando até os dias de hoje os prédios históricos. Por este motivo, apresenta ineficiência no quesito acessibilidade.



**Foto 1:** site: <http://www.colegiokoelle.com.br/> - editada pelo autor

O Colégio Koelle se divide em 3 campos, no geral, os dados obtidos são bem parecidos; ambas as entradas apresentam o meio-fio rebaixado, nos prédios da rua 5 e da av. 16, você encontra além das escadas as rampas de acessibilidade. No prédio da rua 4, os alunos acessam a unidade pela quadra, não encontrando dificuldade pela ausência de degraus. Sendo assim, sua mobilidade no pavimento térreo esta garantida, uma vez que não há desníveis entre as salas de aula e os corredores; contudo, se este necessitar ir para outro pavimento, como é o caso dos prédios da rua 5 e da av. 16, o deficiente se encontrará impossibilitado de prosseguir, pois atualmente apresenta apenas escadas.



**Foto 2:** escada da unidade da rua 5;

**Foto 3:** entrada da unidade da av.16 - pelo autor (08/2013)

Contudo, num futuro muito próximo este problema será sanado no prédio da av.16, pois, já esta sendo instalado um elevador. A unidade da rua 4, apresenta-se construída toda no pavimento térreo, no entanto, há diferença de nível entre os pisos, para solucionar este problema foi construído uma pequena rampa, porém, esta apresenta uma inclinação incorreta ficando assim muito íngreme.



**Foto 4:** caixa do elevador na unidade da Av.16 - site: [www.facebook.com/ColegioKoelle](http://www.facebook.com/ColegioKoelle);



**Foto 5:** rampa da unidade da av.16 - pelo autor (08/2013)

Na escola profissionalizante SENAI "Manoel José Ferreira", a situação foi diferente, pois, trata-se em sua maioria de uma escola térrea, possuindo pequenos desníveis de cerca de 2 cm, construídos para evitar a entrada da água da chuva, rampados pelos próprios funcionários; onde se encontra diferença entre os pisos há o uso de rampas. Mesmo em um dos núcleos onde se possui 2 pavimentos não foi encontrada dificuldade de acesso, pois este além das escadas apresenta um elevador para os portadores de necessidades especiais - termo muito utilizado pelo responsável pela escola na data - contudo, trata-se de um prédio recente, iniciado no ano de 2009, o que justificaria todo o cuidado especial que se teve com acessibilidade no projeto.



**Foto 6:** escada e elevador;



**Foto 7:** rampa de acesso até a secretaria - pelo autor (08/2013)

Apesar de ser uma escola acessível, o coordenador comentou que a última vez que tiveram um aluno deficiente foi há cerca de 12 anos atrás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os relatos concluo que, o quesito acessibilidade ainda é muito abordado no papel e pouco na prática, contudo, vejo que isto tende a mudar rapidamente, como foi o caso da escola SENAI, que recentemente começou a pensar a questão acessibilidade em sua unidade. Um dos proprietários do Colégio Koelle, mostrou-me que eles já estão pensando em acessibilidade, uma vez que, durante o nosso passeio ele mesmo foi indicando os pontos que achava que deveria estar incorreto, e já explicava quais foram as suas decisões, e que estas, seriam postas em prática num futuro bem próximo; como é o caso da construção de uma rampa em outro acesso da unidade da rua 4, e a construção de outro elevador no prédio da rua 5 - mesmo que sacrificando parte de salas de aula -, este já nas férias de dezembro deste ano.

No entanto, entristeço-me com informações que obtive na escola pública, pois, um dos responsáveis me disse que, conforme ocorre a seleção dos alunos que estudarão em cada escola, nas diretorias regionais de ensino, os alunos portadores de necessidades especiais, são automaticamente direcionados a escolas que foram contempladas a possuírem acessibilidade, ou seja, afirmou que um aluno cadeirante por exemplo, nunca estudará naquela escola, pois esta não havia sido contemplada.

Sendo assim, obrigados a estudarem longe de suas casas, e o pior de tudo, ao invés de serem incluídos socialmente, estes serão excluídos, isolados entre si na maioria das vezes, uma vez que, estas primeiro receberão alunos com deficiência e no caso de vagas remanescentes, alunos sem deficiência serão autorizados a estudarem lá.

Desta forma, continuarão a não ter seu direito cumprido, e se esta situação continuar, não resolverá de nada, se aprovado, o atual texto da meta 4 do Plano Nacional da Educação (PNE), que prevê a inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em escolas públicas regulares, até 2016.

## ABSTRACT

This research proposes the clarification of the term accessibility, its inclusion and its origin. Instigating that some action is taken, through exposure situations arising in schools, the cradle of a society. The same shows that, despite being a very common term, accessibility is still much thought on paper, this increasingly should be implemented, so that the rights of citizens are respected. Thus, overcoming physical barriers, so that the only way to be guaranteed a real inclusion among the citizens.

**Keywords:** Accessibility. Schools. Rights. Inclusion.

## REERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS – NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em:  
<<http://www.jornaldebrasil.com.br/site/noticia.php?manifestacao-defende-manutencao-de-recursos-em-sete-ras&id=489256>>

APOSTILA 2 - ACESSIBILIDADE. PUC-Rio - Certificação Digital N° 0510329/CA

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E AS OBRAS DE ADEQUAÇÃO PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA EM EDIFICAÇÕES DE USO PÚBLICO. São Paulo, 2007

MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O direito à escola acessível. Brasília, Agosto de 2009.

PROMOVENDO ACESSIBILIDADE ESPACIAL NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS. 2012 - Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em:  
<<http://www.jornaldebrasil.com.br/site/noticia.php?manifestacao-defende-manutencao-de-recursos-em-sete-ras&id=489256>>